

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2022 – MINUTA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ/RN E A _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE CLÍNICO GERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ATENÇÃO BÁSICA, COMPREENDENDO 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.

A Prefeitura Municipal do Santa Cruz, com sede à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, neste ato legalmente representada pelo Sr. Prefeito Ivanildo Ferreira Lima Filho, portador da Carteira de Identidade nº 418.764 – ITEP/RN e CPF nº 336.516.634-34, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz/RN, doravante denominada, simplesmente, CONTRATANTE, e a _____, doravante denominada CONTRATADA, firmam e ajustam, entre si, o presente contrato, com fundamento no _____ da Lei 8.666/93 e alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços médicos especializados na área de Clínico Geral, para prestação de serviços na Atenção Básica, compreendendo 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de _____ (_____) meses, nos termos deste contrato, desde que com a conveniência e autorização prévia do gestor municipal.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL:

2.1 – A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no _____.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 – As despesas para fazer face ao presente contrato correrão da forma a seguir:

3.1.1 – Fonte de Recursos Orçamentários: _____.

3.1.2 – Fonte de Recursos Financeiros: _____.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS:

4.1 – Pela execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor total estimado de R\$ _____ (_____), a serem pagos de acordo com as quantidades/mês efetivamente realizadas.

4.2 – Ficam estabelecidos os serviços a serem executados com respectivos quantitativos e preços, conforme detalhado na tabela abaixo:

Unidade Hospitalar	Quantidade de Horas	Quantidade de Médicos	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Estimado para 12 meses (R\$)
Atenção Básica	40 Horas Semanais	13 Médicos			
Total Global (R\$)					

5 – CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1 – Este contrato terá sua vigência pelo prazo de _____ (_____) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente, por necessidade da continuidade da prestação dos serviços do objeto contratual.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

- Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, previstas no art. 27 e seguintes e inciso XIII do art. 55, da Lei nº 8.666/93;
- Executar os serviços conforme pactuado neste instrumento;

- c) Os serviços não poderão ser interrompidos, salvo na ocorrência de atraso injustificado de pagamento de qualquer fatura, por período superior a 90 (noventa) dias;
- d) Caso a CONTRATANTE autorize procedimentos acima do teto estabelecido nesta avença, caberá ao referido Órgão Contratante, arcar com a diferença a ser paga à CONTRATADA;
- e) As faturas deverão ser apresentadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- f) Eventuais glosas ou quaisquer tipos de inconsistência poderão ser revistos e possivelmente pagos na fatura do mês subsequente, após análise e autorização da Auditoria Municipal;
- g) Correrão por conta e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA as obrigações decorrentes do vínculo entre a mesma e seus prepostos que vierem a ser designados, exclusivamente por ela, para execução dos serviços aqui contratados;
- h) Deverão ser apresentados mensalmente à CONTRATANTE, juntamente com as faturas, a comprovação dos pagamentos das obrigações da CONTRATADA junto aos seus cooperados;
- i) Enviar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde relação nominal dos plantonistas/diaristas, assinada tanto pela CONTRATADA quanto pela direção do estabelecimento beneficiado;
- j) O profissional médico que possui vínculo com a Administração Pública poderá realizar plantões pela CONTRATADA, desde que não haja acumulação de funções, duplicidade de horários e que o mesmo não desempenhe suas funções como cooperado na unidade onde esteja lotado;
- k) Os serviços dos profissionais médicos, em regime de plantão, serão de forma presencial, não sendo permitidos, de modo algum, plantões de sobreaviso;
- l) Considerando o Código de Ética Médica – Res. (1931/2009) – Capítulo III – Responsabilidade Profissional, é vedado ao médico:
 - I) “Art. 7º Deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria”;
 - II) “Art. 8º Afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus pacientes internados ou em estado grave”; e
 - III) “Art. 9º Deixar de comparecer a plantão em horário preestabelecido ou abandoná-lo sem a presença de substituto”.

6.2 – A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Acompanhar a execução e inspecionar os serviços objeto deste contrato, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;
- b) Designar funcionário para o acompanhamento e fiscalização dos serviços durante a execução do contrato (GESTOR DO CONTRATO);
- c) Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados, devendo encaminhar no prazo de 10 dias após o recebimento da fatura, documentação referente à efetiva prestação dos serviços pela contratada para fins de auditoria;
- d) Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer tipo de suspensão ou interrupção dos serviços, mesmo que por motivo plenamente justificado; e
- e) Garantir o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao bom exercício da medicina, bem como disponibilizar recursos humanos de apoio técnico, necessários à efetiva prestação dos serviços objeto deste contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado pela prestação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos, conforme a seguir especificado:

- a) O faturamento das despesas será realizado conforme especificação na Ordem de Compra/Serviço que deverá ser em nome do: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95, com sede à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN;
- b) O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado:
 - I) ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da Nota Fiscal ou Fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu § 1º; ou
 - II) a trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para os demais casos, conforme o caso, acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- c) O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA;
- d) Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da execução e aceitação do serviço fornecido e ou entrega do produto pela CONTRATADA, este não estiver em ótimo estado de conservação e consumo, bem assim de acordo com as especificações estipuladas na Solicitação de Despesa e Contrato;
- e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pela CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança; e

f) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrente dos serviços executados e ou produtos já recebidos constitui motivo para rescisão do contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

8.1 – A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, obedecido às situações previstas nos incisos I a XVIII, do art. 78, da Lei 8.666/93 em sua atual redação e especialmente quando a empresa:

- a) Recusar-se a prestar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Contrato;
- b) Falir ou dissolver-se; e
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato, sem a expressa anuência da Prefeitura.

8.2 – Por acordo entre as Partes, amigavelmente, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Contratante.

8.3 – Judicialmente, nos termos da legislação.

8.4 – Está prevista a rescisão, ainda para os casos:

- a) Supressão, por parte da Contratante, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido à data da supressão;
- b) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente, do pagamento obrigatório de indenizações sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e imobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- c) Atraso superior a 90 (noventa) dias corridos dos pagamentos devidos pela Contratante, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; e
- d) Descumprimento do disposto no Inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 1º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base no subitem 8.4, alíneas “b” e “c”, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1 – A recusa, injustificada, da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

9.2 – Atrasar injustificadamente a execução dos serviços contratados após o prazo estabelecido neste contrato, sujeitará a Contratada a multa, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias; e
- b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.

9.3 – As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou quando for o caso, cobradas judicialmente.

9.4 – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Secretaria Municipal de Saúde poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,33 (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato;

- c) Multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato e a 10% (dez por cento) proporcional ao valor que falta ser executado pela CONTRATADA, por rescisão determinada por ato unilateral da Secretaria Municipal de Saúde, nos casos previstos nos incisos I a XI, do Art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, com base no inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

10.1 – As eventuais tolerâncias por parte da CONTRATANTE ou inobservância da CONTRATADA às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste contrato, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas.

11 – CLÁUSULAS DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – Face ao disposto no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, a quantidade de que trata este contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, com a devida atualização.

11.2 – Os casos omissos serão resolvidos pela Lei Federal nº 8.666, de 27 de junho de 1993, em sua atual redação, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

12.2 – E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Santa Cruz/RN, ____ de _____ de 2022.

Ivanildo Ferreira Lima filho
PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ Documento: _____

2. _____ Documento: _____